



**INFORMAÇÃO:** 048/2018

**PROCESSO Nº:** 18.227/2017

**JURISDICIONADO:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil –  
NOVACAP

**ASSUNTO:** Licitação

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 14.414.803,09

**EMENTA:** Concorrência nº 012/2017 – ASCAL/PRES - do tipo menor preço unitário – para contratação de empresa de engenharia para construção do Ginásio Poliesportivo do Gama, localizado no Complexo Esportivo - Setor Central do Gama - DF. Decisão nº 3.370/2017. Análise de diligência. Pela continuidade com determinação.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame do Edital de Concorrência nº 012/2017 – ASCAL/PRES, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, tendo como objeto a contratação de empresa de engenharia para construção do Ginásio Poliesportivo do Gama, localizado no Complexo Esportivo - Setor Central do Gama - DF.

2. Em sua última deliberação, o Tribunal, por meio da Decisão nº 3.370/2017 (e-doc 259105AA-e, Peça 12), assim se manifestou:

*“II – com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, c/c o art. 277 do RI/TCDF, determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap que suspenda a Concorrência n.º 012/2017 – ASCAL/PRES, até ulterior deliberação desta Corte, para adoção das medidas corretivas a seguir, ou, se preferir, encaminhamento de justificativas devidamente fundamentadas para manutenção da redação atual, em obediência ao disposto no art. 50 da Lei n.º 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo), recepcionada no DF pela Lei Distrital n.º 2.834/2001:*



a) afaste a regra editalícia de desclassificação dos licitantes em razão dos percentuais de BDI apresentado, e somente desclassifique a proposta que eventualmente tenha apresentado BDI em percentual superior ao de referência após a completa análise dos preços unitários e global ofertados, em atenção ao princípio da economicidade e art. 3º da Lei n.º 8.666/1993; b) estabelecer no presente Edital critério objetivo de medição do item “ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA”, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n.º 8.666/1993 e no Acórdão TCU n.º 2.622/2013 – Plenário; c) encaminhe as cotações de preços que fundamentaram os custos praticados na planilha orçamentária de referência para os serviços/insumos a seguir: c.1. brise fixo com painéis tubulares retangulares de alumínio cor branca 50x30mm - fornecimento e instalação; c.2. assento esportivo para arquibancada modelo ps iguassu seat ou equivalente técnico - fornecimento e instalação; c.3. plataforma elevatória para escadas internas ou externas percurso de até 3,5m - fornecimento e instalação; c.4. telha composta trapezoidal termo-acústica tipo sanduiche amarela h=50mm; d) elabore orçamentos nas duas condições de recolhimento de tributos previdenciários, adotando como referência o que obtiver o menor valor global, em consonância com o princípio da economicidade e a Decisão TCDF n.º 1.663/2017; III – determinar ao engenheiro responsável técnico da Novacap pela elaboração da planilha orçamentária do certame em referência que afira a possibilidade de ampliação do número de reaproveitamentos das chapas de madeira resinada, para, em consequência, revisar as composições de referência de todos os serviços contemplados na planilha orçamentária relativos à fôrma de madeira resinada em atenção ao princípio da economicidade, ou, caso contrário, apresente argumentos devidamente motivados e comprovados com vistas a justificar a manutenção do índice de reaproveitamento para a fôrma de madeira resinada previsto no instrumento convocatório (2 vezes); IV – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 179/2017, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Novacap e ao responsável indicado no item III, a fim de subsidiar o cumprimento das diligências em tela; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para as providências cabíveis.”

3. Em atenção à Decisão acima citada, a NOVACAP, por meio do Ofício nº 1.230/2017 – GAB/PRES (e-doc 65EE7491-c, Peça 18), apresentou as medidas corretivas determinadas pelo Tribunal, bem como cópia digitalizada de demais documentos, juntados aos autos na aba “Associados” do sistema e-TCDF.

### **DA ANÁLISE DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELA NOVACAP**

4. Para a medida determinada no item II, alínea “a” da Decisão nº 3.370/2017, a NOVACAP (fl. 44<sup>1</sup>) optou por apresentar justificativa para a manutenção dos termos constantes no edital, alegando que:

---

<sup>1</sup> Folhas referenciais relativas aos documentos acostados aos autos no e-doc 65EE7491-c, Peça 18.



- “a) a metodologia utilizada pela NOVACAP para estabelecer o BDI referencial obedece ao Acórdão do tribunal de Contas da União nº 2622/2013 – Plenário;*
- b) Permitir a apresentação de valores superiores ao BDI referencial poderia possibilitar um possível jogo de planilhas;*
- c) Os tributos que compõem o BDI deverão ser apresentados de acordo com as alíquotas estabelecidas em Lei, mas os demais componentes poderão ser ajustados à conveniência da licitante, desde que limitado ao percentual do referencial da NOVACAP, o qual é baseado conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas da União – TCU;*
- d) Deve-se ressaltar que essa limitação imposta pela NOVACAP nunca foi questionada pelas empresas interessadas em participar da licitação, sendo este um tema pacificado nos certames dessa Companhia.”*

5. Embora a NOVACAP tenha explicado que adotou os percentuais do BDI de acordo com os parâmetros previstos no Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, verificamos no mencionado Acórdão que em momento algum o referido Órgão de Controle estabelece que tais parâmetros sejam os valores máximos admissíveis para o BDI. Neste diapasão, o item 9.2.1<sup>2</sup> do referido Acórdão dispõe que, nas taxas de BDI fora dos patamares previstos, a análise dos itens que o compõe deve ser procedida de modo pormenorizada, levando em consideração as peculiaridades de cada caso concreto.

6. Além disso, conforme apontado na Informação nº 179/2017 – DIACOMP4 (e-doc 3EA32D6E-c, Peça 08), tanto o TCU, por meio dos Acórdãos nºs 1.804/2012<sup>3</sup> – Plenário e 2.738/2015 – Plenário, quanto esta Corte de Contas, na Decisão nº 6.229/2014<sup>4</sup>, ao enfrentarem situações análogas, já se manifestaram acerca do tema no sentido de que seja afastada a regra editalícia relativa à desclassificação de propostas em razão dos percentuais de BDI.

7. Nesse sentido, consideramos a justificativa apresentada insuficiente, motivo pelo qual iremos sugerir que seja reiterada a determinação para que a NOVACAP *“afaste a regra editalícia de desclassificação dos licitantes em razão dos*

<sup>2</sup> 9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto. (Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)

<sup>3</sup> 9.2.2.1. somente desclassifique proposta de licitante que eventualmente tenha apresentado BDI em percentual superior àquele informado em Acórdão desta Corte, após a completa análise do preço global ofertado, dado que o excesso na cobrança do BDI pode ser compensado pelo custo de serviços e produtos. (Acórdão TCU nº 1804/2012 – Plenário)

<sup>4</sup> 2) afastar a regra editalícia de desclassificação de propostas em razão dos percentuais de BDI, cabendo à Administração avaliar as propostas com razoabilidade, prevendo, no instrumento convocatório, que, caso a proposta do licitante vencedor tenha BDI superior ao do orçamento-base, este último percentual será o adotado quando houver a inclusão de serviços novos por meio de termo aditivo. (Decisão nº 6229/2014)



*percentuais de BDI apresentado, e somente desclassifique a proposta que eventualmente tenha apresentado BDI em percentual superior ao de referência após a completa análise dos preços unitários e global ofertados, em atenção ao princípio da economicidade e art. 3º da Lei n.º 8.666/1993”.*

8. Com relação ao item II, alínea “b” da Decisão, a Jurisdicionada (fls. 44/45<sup>1</sup>) informou que incluiu os subitens 10.8.22, 17.3, 18.4 e 18.5 ao edital com as seguintes redações:

*“10.8.22. A administração local deverá ser apresentada, por etapa, em valores proporcionais à execução financeira da obra.*

*(...)*

*17.3. O pagamento da administração local da obra será proporcional à execução financeira da obra, conforme apresentado no Cronograma Físico-Financeiro detalhado, condicionada à confirmação da participação dos profissionais indicados na planilha de orçamento global sintético – administração local na execução da obra.*

*(...)*

*18.4. Em razão da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2012 e suas alterações, nos casos de serviços novos, a CONTRATADA deverá adotar a mesma opção apresentada na proposta por ocasião da licitação quanto à desoneração ou não da mão de obra.*

*18.5. A análise de serviços novos será efetuada conforme procedimentos aprovados pela Diretoria de Edificações da NOVACAP.”*

9. Explicou, ainda, que os itens 18.4 e 18.5 foram incluídos em razão das recomendações contidas às folhas 89/90 da “Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas”, publicada em 2014 pelo TCU.

10. Entendemos que as medidas corretivas anunciadas pela NOVACAP saneiam a impropriedade identificada no item II.b da Decisão.

11. No que se refere ao item II, alínea “c”, a NOVACAP (fl. 45<sup>1</sup>) encaminhou as cotações para os itens *“plataforma elevatória para escadas internas ou externas percurso de até 3,5m - fornecimento e instalação”* e *“assento esportivo para arquibancada modelo ps iguassu seat ou equivalente técnico - fornecimento e instalação”* (fls. 52/61<sup>1</sup>).

12. Para os itens de custo *“brise fixo com painéis tubulares retangulares de alumínio cor branca 50x30mm - fornecimento e instalação”* e *“telha composta trapezoidal termo-acústica tipo sanduiche amarela h=50mm”* (fls. 52/61<sup>1</sup>), a



NOVACAP informou (fl. 45<sup>1</sup>) que os valores foram cotados por meio telefônico e que a Companhia adota a planilha denominada “Mapa de Cotações”, constante no orçamento de referência, contendo todas as informações dos fornecedores, e que este procedimento é utilizado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA para a comprovação de preço adotado.

13. Verificamos no Mapa de Cotação de Preços apresentado pela NOVACAP (fls. 52/61<sup>1</sup>) que os valores obtidos para os quatro itens de custo questionados pelo Tribunal, item II.c da Decisão nº 3.370/2017, foram obtidos por meio de cotação direta com fornecedores, sendo disponibilizado os preços, CNPJ, telefone, a data da cotação e o nome do vendedor.

14. A tabela a seguir apresenta, de forma simplificada, os valores cotados e o valor adotado pela NOVACAP para cada um dos itens:

Item	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Valor Adotado
Telha	R\$ 102,00	R\$ 112,00	R\$ 93,00	R\$ 102,00
Brise	R\$ 312,00	R\$ 366,50	R\$ 486,91	R\$ 366,50
Plataforma	R\$ 40.000,00	R\$ 64.990,00	R\$ 96.000,00	R\$ 64.990,00
Assento	R\$ 149,93	R\$ 127,98	R\$ 175,52	R\$ 149,93

15. De acordo com a tabela acima, a NOVACAP adotou como valor de referência a mediana dos três preços cotados. Entendemos que, embora o art. 3<sup>o</sup> do Decreto Distrital nº 36.220/2014 estabeleça que o resultado da pesquisa será o menor valor entre a média e a mediana de, no mínimo 3 (três) preços obtidos, neste caso específico, como os preços originaram de cotação diretamente de fornecedores, e sem considerar nenhum preço público de referência, a Jurisdicionada deveria ter adotado o menor dos três preços obtidos, uma vez se mostrarem mais vantajosos para a Administração.

16. Logo, consideramos cumprido o item II.c da mencionada Decisão. No entanto, iremos sugerir que seja determinado à NOVACAP que adeque a planilha de custos, passando a adotar o menor valor dos três preços cotados para os

<sup>5</sup> Art. 3º O resultado da pesquisa será o menor valor entre a média e a mediana de, no mínimo, 3 (três) preços obtidos. Parágrafo único. Poderá ser admitido, justificadamente, como resultado da pesquisa, apenas o menor dos preços obtidos.



itens de custo *“plataforma elevatória para escadas internas ou externas percurso de até 3,5m - fornecimento e instalação”, “assento esportivo para arquibancada modelo ps iguassu seat ou equivalente técnico - fornecimento e instalação”, “brise fixo com painéis tubulares retangulares de alumínio cor branca 50x30mm - fornecimento e instalação” e “telha composta trapezoidal termo-acústica tipo sanduiche amarela h=50mm”, por se mostrarem mais vantajosos para a Administração.*

17. Para o cumprimento do item II, alínea “d”, a NOVACAP (fl. 45<sup>1</sup>) noticiou que elaborou os orçamentos nas duas condições de recolhimento de tributos previdenciários (fls. 62/435<sup>1</sup>).

18. De acordo com os orçamentos apresentados, verificamos que, em suma, o orçamento “COM DESONERAÇÃO” apresentou Valor Total Geral de R\$ 14.079.509,70, e o “SEM DESONERAÇÃO”, Valor Total Geral de R\$ 13.921.470,64, caracterizando a versão “SEM DESONERAÇÃO” como a mais vantajosa à Administração.

19. Por fim, em atendimento ao item III da Decisão, a NOVACAP (fl. 45<sup>1</sup>) informou que revisou todas as composições de referência, passando a considerar para estrutura de concreto formas de madeira resinada com, no mínimo, 5 (cinco) reaproveitamentos.

20. Nesse sentido, verificamos na nova planilha orçamentária disponibilizada pela Jurisdicionada que foram adotadas as composições do SINAPI que levam em consideração a quantidade de 6 (seis) reaproveitamento das fôrmas, saneando a impropriedade indicada pelo Tribunal.

## **CONCLUSÃO**

21. De acordo com a análise dos esclarecimentos apresentados pela NOVACAP, entendemos como suficientes as medidas corretivas adotadas em cumprimento aos itens II.b, II.d e III da Decisão nº 3.370/2017.

22. Com relação ao item II.a, consideramos insuficientes as justificativas, motivo pelo qual iremos propor que seja reiterada a determinação.

23. No que se refere ao item II.c, embora a NOVACAP tenha cumprido a determinação ao apresentar a origem dos valores unitários dos itens de custo





*“plataforma elevatória para escadas internas ou externas percurso de até 3,5m - fornecimento e instalação”, “assento esportivo para arquibancada modelo ps iguassu seat ou equivalente técnico - fornecimento e instalação”, “brise fixo com painéis tubulares retangulares de alumínio cor branca 50x30mm - fornecimento e instalação” e “telha composta trapezoidal termo-acústica tipo sanduiche amarela h=50mm”, entendemos que o valor adotado, obtido por meio de três cotações não se mostra o mais vantajoso para a Administração. Nesse sentido, iremos propor que seja adequada a planilha de custos, passando a adotar o menor valor dos três preços cotados para os itens.*

24. Entendemos que as medidas corretivas propostas não impedem a continuidade do certame, após o seu cumprimento integral pela Jurisdicionada.

25. Nesse sentido, iremos sugerir que seja autorizada a continuidade do certame, após o cumprimento integral das medidas a serem determinadas, bem como a adoção das medidas corretivas anunciadas pela NOVACAP para os itens II.b, II.d e III da Decisão nº 3.370/2017 no Ofício nº 1.230/2017 – GAB/PRES, devendo, no entanto, ser reaberto o prazo inicialmente previsto, conforme disposto no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Ante o exposto, propomos ao egrégio Plenário que:

I – tome conhecimento do Ofício nº 1.230/2017 – GAB/PRES (e-doc 65EE7491-c, Peça 18), bem como da cópia digitalizada de demais documentos, juntados aos autos na aba “Associados” do sistema e-TCDF, em cumprimento à Decisão nº 3.370/2017;

II – considere:

a) suficientes as medidas corretivas anunciadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP em cumprimento aos itens II.b, II.d e III da citada Decisão;

b) insuficientes as medidas adotadas para os itens II.a e II.c;

III – determine à NOVACAP que:

a) em reiteração a medida determinada no item II, alínea “a” da Decisão nº 3.370/2017, afaste no edital de Concorrência nº



012/2017 – ASCAL/PRES a regra de desclassificação dos licitantes em razão dos percentuais de BDI apresentado, e somente desclassifique a proposta que eventualmente tenha apresentado BDI em percentual superior ao de referência após a completa análise dos preços unitários e global ofertados, em atenção ao princípio da economicidade e art. 3º da Lei n.º 8.666/1993, bem como ao entendimento já manifestado por esta Corte de Contas na Decisão nº 6.229/2014 e nos Acórdãos TCU nºs 1.804/2012 – Plenário e 2.738/2015 – Plenário;

- b) adequa a planilha orçamentária, passando a adotar o menor valor cotado para os itens de custo *“plataforma elevatória para escadas internas ou externas percurso de até 3,5m - fornecimento e instalação”, “assento esportivo para arquibancada modelo ps iguassu seat ou equivalente técnico - fornecimento e instalação”, “brise fixo com painéis tubulares retangulares de alumínio cor branca 50x30mm - fornecimento e instalação” e “telha composta trapezoidal termo-acústica tipo sanduiche amarela h=50mm”, por se mostrarem mais vantajosos para a Administração;*

IV – autorize:

- a) a continuidade da Concorrência nº 012/2017 – ASCAL/PRES, após o cumprimento integral das medidas determinadas, bem como a adoção das medidas corretivas anunciadas pela NOVACAP para os itens II.b, II.d e III da Decisão nº 3.370/2017 no Ofício nº 1.230/2017 – GAB/PRES, reabrindo o prazo inicialmente previsto, conforme disposto no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhando cópia comprobatória ao Tribunal;
- b) o envio do Relatório/Voto, da Decisão que vier a ser proferida, bem como da presente instrução à NOVACAP e ao Presidente da Comissão de Licitações;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**

**QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

e-DOC 4CBE2F07-e

Proc 18227/2017

Fls.: 9

Proc.: 18227/17

Rubrica

- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para arquivamento, após a verificação do cumprimento dos itens III e IV.a precedentes, sem prejuízos de futuras averiguações.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2018.

À consideração superior.

**Hugo Tomaz Neto Moraes**

Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.

Em, 16 de fevereiro de 2018.

**Antonio Carlos Dantas de Oliveira**

Diretor da DIACOMP4